PROCESSO : 20162930508453
RECURSO : VOLUNTÁRIO Nº 315/2019
RECORRENTE : CAUDURO IND COM DE VESTUÁRIO LTDA
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
JULGADOR : AMARILDO IBIAPINA ALVARENGA
RELATÓRIO : Nº 059/20/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

02 - VOTO DO RELATOR

O presente processo, em março de 2020, foi relatado pelo então julgador Carlos Napoleão, por essa razão, inicialmente convalido o relatório já elaborado (fls. 62 e 63)

O auto de infração foi lavrado, no dia 29/07/2016, em razão de o sujeito passivo ter realizado venda para Área de Livre Comércio sem abater do valor das mercadorias o valor do imposto devido. Diante disso, foi aplicado a multa de 100% do valor do imposto incidente sobre o valor da operação, por acobertar com documento fiscal, operação ou prestação tributada como não tributada ou isenta, – a penalidade prevista no artigo 77, VII, “e”, item 4, da Lei 688/96.

O sujeito passivo foi notificado por via postal, em 26/09/2016 (fls. 10), apresentou peça defensiva tempestivamente em 27/10/2016 (fls. 14 a 20). Submetido a julgamento de 1ª Instância (fls. 47 a 50), o julgador singular após analisar os autos e a peça impugnativa, decidiu pela parcial procedência da ação.

A empresa foi notificada da decisão singular por via postal em 04/04/2019, fls. 52, do PAT. Inconformado com a decisão, interpôs o Recurso Voluntário, demonstrando que efetuou o desconto, pugnando pela improcedência do Auto de Infração (fls. 54 a 60).

É o breve relato.

02.1- Da análise dos autos e fundamentos do voto.

A exigência tributária decorreu do fato de a empresa ter realizado venda para Área de Livre Comércio - ALC, sem abater do valor das mercadorias o valor do imposto devido.

O dispositivo da penalidade indicado (art. 77, VII, “e”, item 4, da Lei 688) estabelece a multa de 100% do valor do imposto incidente sobre o valor da operação, por acobertar com documento fiscal, operação ou prestação tributada como não tributada ou isenta.

A empresa em sua defesa alega que efetuou a dedução do ICMS do valor das mercadorias, sendo que os valores dos descontos concedidos constam do

campo "DADOS ADICIONAIS" da Nota fiscal. Nas informações complementares estão discriminados os descontos de 0,65% do PIS, 3% da Cofins e 7% do ICMS, logo, está expressamente demonstrado tais valores e que eles já foram deduzidos do valor do produto.

Para análise desse caso, importante destacar que a legislação (Nota 2, o Item 44, PARTE 01, Anexo I, RICMS/RO) estabelece que para efeito de fruição do benefício previsto neste item (a isenção para remessa de mercadoria para ALC), o estabelecimento remetente deverá abater do preço da mercadoria o valor equivalente ao imposto que seria devido se não houvesse a isenção, indicando-o expressamente na nota fiscal.

As cinco Notas fiscais que acobertaram a operação (fls. 03 a 08), nas informações complementares, de forma expressa, constam, conforme o alegado pela empresa, os valores do desconto concedido, não apenas do ICMS, como também do PIS e da Cofins, inclusive que valores já fazem parte do valor das mercadorias.

Assim, razão assiste a empresa, pois a operação foi realizada atendendo o que dispõe norma, ou seja, com a informação dos valores da dedução, nos DADOS ADICIONAIS da Notas Fiscais, restou-se afastada a justa causa para a aplicação da penalidade, motivo pelo qual reputa-se improcedente o lançamento feito.

De todo o exposto e por tudo que dos autos consta, conheço do recurso voluntário interposto para dar-lhe provimento, modificando a decisão singular que julgou procedente a ação fiscal para julgá-la improcedente.

É como VOTO.

Porto Velho, 24 de fevereiro de 2022.

~~Amarildo Ibiapina Alvarenga~~
AFTE Cad.
JULGADOR

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS – TATE

PROCESSO : Nº 20162930508453
RECURSO : VOLUNTÁRIO Nº 315/2019
RECORRENTE : CAUDURO IND COM DE VESTUÁRIO LTDA
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
JULGADOR : AMARILDO IBIAPINA ALVARENGA

RELATÓRIO : Nº 059/2020/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

ACÓRDÃO Nº 026/2022/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

EMENTA : **MULTA – REALIZAR OPERAÇÃO ISENTA PARA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO SEM DEDUZIR O ICMS - INOCORRÊNCIA** – Provado nos autos que a empresa, ao emitir as Notas Fiscais, indicou de forma expressa, nas informações complementares, os valores do desconto concedido, não apenas do ICMS, como também do PIS e da COFINS, inclusive informando que tais valores já fazem parte do valor das mercadorias (fls. 03 a 08), logo, na operação realizada, a empresa atendeu o que dispõe a legislação. Infração Ilidida. Reforma da decisão singular de parcial procedência para improcedência do auto de infração. Recurso Voluntário provido. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS – TATE**, à unanimidade em conhecer do Recurso Voluntário para ao final dar-lhe provimento e reformar a decisão de primeira instância de parcial procedência para **IMPROCEDÊNCIA** do auto de infração conforme Voto do Relator, constantes dos autos, que fazem parte integrante da presente decisão. Participaram do Julgamento os Julgadores: Manoel Ribeiro de Matos Júnior, Amarildo Ibiapina Alvarenga, Fabiano Emanuel Fernandes Caetano e Juarez Barreto Macedo Júnior.

TATE, Sala de Sessões, 24 de fevereiro de 2022.

~~Anderson Adarecio Arnaut~~
Presidente

~~Amarildo Ibiapina Alvarenga~~
Julgador/Relator